

## O CURSO DE GESTÃO PÚBLICA NO RECÔNCAVO DA BAHIA

Nelson Eugênio MONTENEGRO<sup>1</sup>  
Clóvis Roberto ZIMMERMANN<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo visa tecer considerações sobre a origem e a estrutura do curso de Gestão Pública na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, campus de Cachoeira na Bahia. Tal curso foi criado no ano de 2009 e a primeira turma iniciou seus estudos em gestão pública no ano de 2010. Dentre os principais motivos para a criação do curso, destaca-se o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão pública na região do recôncavo da Bahia.

### Origem do curso de gestão pública na UFRB

A literatura contemporânea revela que um número significativo de pesquisadores das políticas públicas comunga entre si um pressuposto básico e fundamental, qual seja, nas sociedades modernas não há motivos contundentes para se questionar a existência e necessidade das políticas sociais públicas. Isso se deve ao fato do provimento de serviços sociais como um direito de cidadania ter se tornado um dos maiores fenômenos do século XX. Karl Polanyi (2000) chamou esse processo de "a grande transformação". Na análise do sociólogo Ferdinand Tönnies (1988) esse desenvolvimento acarretou a passagem da "comunidade" à "sociedade". As mudanças ocasionadas nesse processo estão diretamente relacionadas à semântica do termo das políticas públicas, as quais compreendem a ação do Estado na cobertura de riscos da vida individual e coletiva (ARRETCHE, 1995) ou dizem respeito à ação do Estado na promoção do bem-estar dos cidadãos (MARSHALL, 1976).

Várias pesquisas empíricas confirmam, apesar da proliferação da ideologia do fim do Estado de Bem-Estar em esfera nacional e internacional, que quanto mais desenvolvido, industrializado e maior a renda de um país, maiores são os investimentos em políticas públicas. Estudos de Opielka (2004), Ullrich (2005) Schmidt et al., (2007) e Bangura (2007) demonstram que os países desenvolvidos investem mais de 20% do Produto Interno Bruto em políticas públicas. Por conseguinte, esses países possuem os maiores índices de proteção econômica (seguro-desemprego), amplos programas de transferência de renda, bem como os menores índices de pobreza.

A região do Recôncavo da Bahia ainda passa por grandes desigualdades socioeconômicas, reflexo do processo histórico de desenvolvimento desigual,

---

<sup>1</sup> Professor de Ciência Política da UFRB; Membro da Comissão do Projeto Pedagógico do Curso de Gestão Pública da UFRB - nosleneugenio@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professor de Sociologia da UFBA; Presidente da Comissão do Projeto Pedagógico do Curso de Gestão Pública da UFRB.

caracterizado por diversos ciclos produtivos. Esse processo histórico resultou no empobrecimento da região, causado pela decadência dos antigos ciclos produtivos, bem como pela histórica ausência de políticas de proteção às populações em necessidades. Esse grave quadro se traduz na falta de renda, de oportunidades de capacitação profissional, bem como de perspectivas de emprego, ocasionado situações de fome e de pobreza. Segundo estudos Kohl (2002), o poder público tem inúmeras formas de intervenção para afetar o nível de renda e a qualidade de vida de uma região. Segundo esse autor, são incluídos na gestão das políticas vários instrumentos ou medidas. Existem políticas que consideram o nível de emprego (ou desemprego) como dado, e o objetivo é assistir financeiramente ao trabalhador desempregado ou reduzir o "excesso de oferta de trabalho". Os instrumentos clássicos dessas políticas são: seguro-desemprego e/ou indenização aos desligados, adiantamento da aposentadoria, expulsão de população, redução da jornada de trabalho, programas de transferência de renda etc.

Nesse contexto, Salamanca (2004) reitera que um processo que não levar em conta as particularidades locais, impondo critérios demasiadamente gerais, pode aprofundar o quadro de desigualdades regionais e locais. Assim como preconiza o arcabouço jurídico-institucional no pós 1988, na implementação da gestão pública democrática, é peça fundamental a participação popular na configuração dos conselhos municipais paritários, bem como a existência de um fundo para repasse de recursos entre os entes federados. A descentralização enquanto gestão municipal supõe que municipalização significa uma articulação de forças do município como um todo para a prestação dos serviços, cujos co-responsáveis seriam a prefeitura municipal e organizações da sociedade civil (SOUZA, 2004).

Assim, o curso de Gestão Pública da UFRB<sup>3</sup>, com a formação de profissionais qualificados, pode desencadear um processo de melhoramento em direção à efetivação das políticas públicas de desenvolvimento social e participação de toda a sociedade, com a preponderância da participação popular e a discussão de um padrão de civilidade a toda sociedade.

1. O Bacharel em Gestão Pública a ser formado pela UFRB terá uma formação multidisciplinar para desenvolver sua compreensão da importância do contexto econômico, político e social na formulação de estratégias, no desenho, na implementação e na avaliação de programas e de políticas públicas.

---

3 Inicialmente o curso de Gestão Pública na UFRB estava previsto para ser inserido na modalidade do Bacharelado, tradicionalmente caracterizado por 4 anos de estudos de graduação. Contudo, por mudanças ocorridas no MEC, tal curso teve que iniciar suas atividades na modalidade de Tecnólogo em Gestão Pública, de duração mínima de 3 anos. Contudo, a intenção no futuro é de que o curso se torne um bacharelado.

2. Terá formação teórica e conhecimento prático para atuar como gestor em órgãos públicos, agências reguladoras e organizações não governamentais. Assim, o graduado em Gestão Pública deverá ter conhecimentos técnicos e científicos na área, incluindo planejamento, coordenação, direção, assessoramento, implementação e avaliação de políticas sociais públicas e de desenvolvimento social.
3. Propiciar aos estudantes uma formação teórica, metodológica e prática sólida em Gestão Pública.
4. Fornecer instrumentos para estabelecer relações com a pesquisa e a prática social.
5. Criar uma estrutura curricular que estimule a autonomia intelectual, a capacidade analítica dos estudantes, uma ampla formação humanística e uma "consciência social" local e global.
6. Desenvolver a concepção de que o curso é um percurso que abre um campo de possibilidades, com alternativas de trajetórias e não apenas uma grade curricular.

O campo de atuação para o profissional a ser formado pela UFRB será bastante amplo. O curso visa, antes de tudo, formar profissionais para atuar em órgãos governamentais públicos tanto em nível municipal, estadual e federal, bem como em organizações da sociedade civil, terceiro setor e em projetos sociais de fundações. Assim sendo, o profissional deve ser requisitado, em diversas organizações, para atuar nas etapas de análise de alternativas, definição de opções, monitoramento e acompanhamento de ações no âmbito das políticas públicas.

### **Síntese da estrutura curricular**

O Curso de Gestão Pública da UFRB está dividido em cinco linhas de disciplinas que pretendem instrumentalizar os alunos para a gestão de políticas públicas em instituições públicas ou privadas e na sociedade civil. As cinco linhas são interdisciplinares, e cada linha se apóia ao menos numa Ciência Social. A primeira linha de metodologia dialoga com todas as metodologias utilizadas nas Ciências Sociais. A segunda, de Gestão, se utiliza do Direito e da Administração. A terceira linha se fundamenta nas teorias da Ciência Política. A quarta linha se apóia também nas teorias da Ciência Política para descrever o papel do Estado na construção de uma rede de

benefícios coletivos. A quinta se fundamenta na economia, em sua vertente mais sociológica, com as teorias sobre o Desenvolvimento.

A linha de disciplinas de metodologia é primeira linha de disciplinas a se destacar. No primeiro semestre, o curso oferece a disciplina de Oficina de Textos para aperfeiçoar a escrita dos alunos. A disciplina ensina a escrever respostas de provas com 60 linhas, resumos de textos, formatação de projetos de pesquisa, textos jornalísticos, construção de parágrafos introdutórios. Como resultado do instrumental adquirido durante a disciplina, o aluno será capaz de escrever os trabalhos de futuras disciplinas, produzir projetos de pesquisa, construir fichários.

A segunda disciplina da linha metodológica é Metodologia de Pesquisa. Nesta, o aluno é introduzido no segundo semestre ao método científico, seguindo uma visão geral da metodologia, que engloba os aspectos qualitativos e os quantitativos. Ao disponibilizar um amplo leque de opções metodológicas, a disciplina dialoga com o amplo campo das políticas públicas, que dependendo da área, solicita um determinado enfoque metodológico. Todavia, a disciplina apresenta também a discussão epistemológica e da filosofia da ciência quanto ao grau de veracidade e desenvolvimento que a ciência pode produzir.

Com a visão geral adquirida na disciplina Metodologia de Pesquisa, o aluno no terceiro semestre passa a apreender métodos mais específicos de metodologia. Juntas, a terceira disciplina, Metodologia Quantitativa e Indicadores, e a quarta, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, formam o *núcleo duro* da linha de disciplinas de metodologia. Entendemos que ambas são necessárias para o aperfeiçoamento de funcionários públicos de prefeituras e gestores sociais no Brasil.

Em Metodologia Quantitativa e Indicadores, os alunos aprendem conceitos de estatística, amostragem, construção de moldura da amostra. Também confeccionam questionários e constroem indicadores. Os alunos, durante o curso, vão ao campo aplicar seus conhecimentos em pesquisas pilotos supervisionadas, conhecem os indicadores sociais existentes, suas críticas e aperfeiçoamentos. Com esse instrumental, o aluno se capacita tanto para aplicar pesquisas como para difundir seus conhecimentos, no meio em que trabalha.

Na disciplina Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, o instrumental metodológico do aluno se completa, através do monitoramento de políticas públicas em andamento nos níveis federal e estadual, como nos municípios próximos. Ao ter conhecimento de como estão sendo desenvolvidas as políticas em outros níveis, o aluno será capaz de se vincular a algum programa governamental ou encontrar apoio para projetos sociais. Uma vez realizada a vinculação com um programa, é necessária a sua

avaliação. Para tanto, o aluno utilizará o instrumental adquirido na disciplina de Indicadores, aprendendo a aplicar metodologias específicas para as diferentes especificidades que a gestão pública exige.

A segunda linha de disciplinas do curso de gestão pública da UFRB é a de gestão. A linha de gestão compreende cinco disciplinas, todas elas com interdisciplinaridades, uma qualidade que o aluno deve conservar na sua trajetória profissional. Esta linha pode ser considerada a principal do curso, principalmente com a ênfase dada à disciplina Orçamento e Finanças Públicas que, segundo a concepção do curso, explora a ferramenta mais importante a ser adquirida no curso, qual seja o conhecimento do Orçamento Público.

Para tanto, a linha gestão parte, no primeiro semestre, de uma visão geral do que se entende hoje da administração por gestão de programas e projetos. Na disciplina é explicada a transformação dos modos de administrar o Estado, as ideologias envolvidas nas definições de modos de administrar o Estado e, principalmente, como conceitos empregados tanto na administração de empresas privadas, na economia, na contabilidade e no direito, podem ajudar a resolver problemas coletivos.

Na segunda disciplina da linha, as teorias da administração contemporânea são expostas de maneira que o aluno possa encontrar semelhanças nas grandes organizações contemporâneas, como multinacionais e corporações, e no Estado e seus programas de políticas públicas. Teorias de Tomada de Decisão, Teorias sobre o Processo Produtivo, as Teorias Contingenciais, a Teoria dos Recursos Humanos e outras, serão apresentadas e discutidas em estudos de caso e na transferência de soluções para o Estado e para organizações da sociedade.

Consideramos a terceira disciplina desta linha como a principal do curso. Isto se deve à falta de especialistas em orçamento nos diferentes níveis governamentais brasileiros, e à necessidade dessa expertise – conhecer o orçamento – ser difundida na sociedade, como poderoso instrumento de aperfeiçoamento do gasto público, e da gestão financeira de recursos públicos. Boa parte das mazelas nas finanças públicas acontece pelo desconhecimento dos dados existentes.

Em seguida, a disciplina do quarto semestre continua a valorização do uso interdisciplinar das teorias e apresenta os mais importantes códigos e leis da administração. A apresentação das leis do Direito Público e do Direito Administrativo tem a intenção de colocar o aluno em contato com normas que serão parte do seu cotidiano na execução de políticas públicas, assim como possibilitar ao aluno uma visão da estrutura jurídica e administrativa do Estado.

Por fim, a linha de gestão apresenta na sua quinta disciplina uma visão geral da gestão no caso do estado brasileiro. O Brasil é tratado como um caso, mas sempre tendo a referencia de uma perspectiva comparada para analisar quais os dilemas da gestão pública no Brasil. Temas como o clientelismo, corporativismo, a corrupção, o populismo e o autoritarismo serão examinados, de modo que aspectos informais e culturais possam ser compreendidos juntamente com teorias formais.

A terceira linha de disciplinas do curso de gestão da UFRB, como as outras linhas, é interdisciplinar, dialogando com a Ciência Política. Em grande parte, os cursos de gestão no Brasil e em outros países surgiram ou das Ciências Políticas ou de professores ligados a essa área. Logo, uma base teórica consistente em teoria do Estado e da sua interação com a sociedade, em instituições políticas, e nas possibilidades de resolução de conflitos coletivos na esfera da sociedade, é de grande valia na formação dos gestores.

No primeiro semestre é oferecida, ao aluno, a disciplina Estado e Sociedade, que pretende fazer uma transição dos conceitos aprendidos durante o ensino médio, nas disciplinas de historia e geografia, aos conceitos utilizados pelas Ciências Sociais, para descrever e explicar o mundo à sua volta. Com ênfase no cotidiano, o curso pretende relacionar fatos da política contemporânea com a teoria construída por meio de generalizações e estudos comparados.

No segundo semestre, a disciplina Instituições Políticas apresenta os avanços recentes na Teoria Política Contemporânea. Tal avanço ocorre com a assertiva metodológica de que instituições importam. O foco nas instituições possibilita uma abordagem que engloba todas as organizações que fazem parte da estrutura administrativa do Estado. A abordagem institucional vem sendo reconhecida tanto pela academia como pelos governos a partir de trabalho de autores com Douglass North, Paul Pierson, Theda Skocpol, Peter Evans, e outros. A disciplina apresenta, como estudo de caso, a configuração partidária brasileira e os recentes trabalhos sobre a relação Executivo – Legislativo no Brasil.

Como disciplina complementar a Instituições Políticas, no terceiro semestre o curso oferece a disciplina de Participação e Sociedade Civil que, assim como a anterior, traz contribuições recentes para Teoria Política. O aluno na disciplina é instruído a apresentar soluções e críticas ao modo de gestão dos bens coletivos através do Estado, e de sua legitimação com a participação eleitoral, como única forma de modificar os programas de políticas públicas. De outro lado, são apresentadas as Teorias da Participação. Todas com um profundo embasamento filosófico que possibilite aos alunos a compreensão das potencialidades humanas.

Por fim, esta linha de disciplinas traz uma especificidade regional, ao enfatizar as desigualdades tanto econômicas quanto raciais. O recôncavo convive com a riqueza comercial de Feira de Santana e Salvador, com cidades industrializadas com Camaçari e São Francisco do Conde. Todavia, apresenta baixos índices de desenvolvimento humano e grande disparidade de renda, e ainda uma falta de reconhecimento das comunidades tradicionais da região. Para tanto, a ênfase nas desigualdades pretende colocar em relevo questões regionais para, ao final do curso, os alunos terem, como perspectiva no trabalho de conclusão o estudo, de casos na região.

A quarta linha continua o diálogo com a Ciência Política, com o intuito de descrever o atual estágio das Teorias sobre Estado de Bem Estar no Brasil e em perspectiva comparada na América Latina e, nas experiências de outros continentes e países. Os objetivos desta linha, além de teóricos, são o de apresentar os gastos de previdência, os maiores em porcentagem de recursos entre os ministérios no Brasil e em outros países. A disciplina discute por fim, questões filosóficas envolvidas na construção de uma comunidade.

A primeira disciplina da linha trata das soluções criadas coletivamente para a garantia de direitos sociais, como aposentadoria, seguro desemprego, jornada de trabalho, que qualificam o atual estágio do Estado Capitalista em Estado de Bem Estar. A disciplina apresenta conceitos teóricos sobre os motivos para a criação desse tipo de Estado, quais os diferentes arranjos ocorrem nos países europeus e quais atores são determinantes nesses arranjos. Por fim, trata de novas políticas públicas com *social income*.

Na segunda disciplina, o foco passa a ser a América Latina. A disciplina apresenta os diferentes tipos de Estados de Bem Estar, quais os gastos com previdência, saúde, que tipos de arranjos institucionais e sociais os atores políticos forjaram. A disciplina tem como fundo teórico e metodológico a literatura comparada, que possibilita ao aluno o contato com a literatura e autores próprios dos países pesquisados. O contato com a literatura latino-americana, por fim, incentiva o estudo da língua espanhola.

A terceira disciplina da linha do Estado de Bem Estar utiliza os conhecimentos aprendidos na literatura comparada para avaliar e entender qual tipo de Estado de Bem Estar se desenvolveu no Brasil. Nesta disciplina, além do foco teórico, é dada grande ênfase ao arcabouço institucional atual, ao funcionamento do mercado privado de benefícios de saúde e previdenciário, aos gastos do ministério da previdência, da saúde e, com maiores detalhes, aos programas desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

A quinta linha de disciplinas do curso de Gestão Pública da UFRB destaca o conceito de desenvolvimento como chave para o entendimento do progresso econômico e social do Brasil e da região do recôncavo. O conceito desenvolvimento sempre foi usado pela literatura econômica como o meio pelo qual os países mais pobres chegariam a atingir um estágio satisfatório de riqueza per capita. No caso do Brasil, várias vertentes ideológicas se utilizaram do conceito para apoiar suas políticas públicas. E, durante sua história, o conceito de desenvolvimento passou por diferentes abordagens.

Na primeira disciplina da linha, Teorias do Desenvolvimento, são discutidas as formas históricas de planejamento e implementação do desenvolvimento no Brasil. A partir da reconstituição de ideologias do desenvolvimento, do arcabouço institucional criado para administrar e financiar o desenvolvimento, os alunos discutem e avaliam os empreendimentos e políticas resultantes dessas ideologias e instituições. Numa perspectiva comparada, o aluno estabelece relações entre programas de políticas públicas que incentivaram o desenvolvimento em outros países.

Na segunda disciplina desta linha, o aluno é apresentado a novas formas de desenvolvimento, entre as quais o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento endógeno de comunidades tradicionais. Esta segunda disciplina tenta apresentar os contrastes entre as ideologias desenvolvimentistas de grandes projetos e transformações, muito presentes após a Segunda Guerra, com as novas ideologias do desenvolvimento, que não têm como parâmetro os índices de consumo de países de capitalismo avançado.

Na quarta disciplina da linha, Cooperativismo e Capital Social, os alunos são incentivados a atuar diretamente com a comunidade, em experimentos de cooperativas e na formação de grupos que fomentem o capital social das comunidades e o empoderamento de atores sociais. O enfoque participativo dos alunos visa aprimorar suas aptidões de líderes no diálogo com grupos coletivos, como também o incentivo ao empreendedorismo social.

Na última disciplina desta linha, os alunos aprendem a formular projetos para captação de recursos, que visem a subsidiar atividades como do cooperativismo. Tal disciplina tem seu foco voltado para as organizações do terceiro setor, como uma alternativa de empregabilidade. Mas não se fecha somente no terceiro setor o aprendizado na formulação de projetos para captação de recursos; envolve também o trabalho de prefeituras, que necessitam dar respostas a editais ofertados pelos outros níveis de governos e por fundações.

O curso ainda apresenta dois Estágios Supervisionados, os quais os alunos devem cumprir em instituições e organizações públicas, de modo a se interarem do cotidiano

das organizações, em uma posição que possibilite a aplicação de seus conhecimentos. Outras cinco optativas são disponibilizadas ao aluno, como forma de interação com outros cursos da Universidade, como também do próprio curso, de maneira a aprofundar certos conhecimentos complementares, ou específicos da formação.

Ao fim do curso o aluno deve apresentar um trabalho final, sobre a orientação de um professor, com carga horária de duas disciplinas convencionais. O trabalho final serve como síntese do curso, no qual o aluno deve demonstrar conhecimento geral sobre as teorias e métodos expostos durante o curso, ao mesmo tempo em que deve revelar conhecimento específico sobre uma linha de disciplina do curso, ou uma política pública específica.

## Referências

ARRETCHE, Marta. Tendência do Estudo sobre avaliação. In: RICO, E. M. (org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 1998, p. 29-40.

BANGURA, Yusuf (org.). *Democracy and Social Policy Development*. Basingstoke: UNRISD e Palgrave Macmillan, 2007.

BOBBIO, Norberto, *A Era dos Direitos*, São Paulo, Editora Campus, 1996.

ESPING-ANDERSEN, G. (1990). *The three worlds of welfare capitalism*. Cambridge: Polity Press.

ESPING-ANDERSEN, G. (org.). *Why we need a new welfare state*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

EUZÉBY, Allan. Proteção Social, Pilar da Justiça Social. In: SPOSATI, Aldaiza (org.). *Proteção Social de Cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal*. 1ª. Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2004, p 11-32.

EUZÉBY, Chantal. A Inclusão Social: Maior desafio para os sistemas de proteção social. In: SPOSATI, Aldaiza (org.). *Proteção Social de Cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal*. 1ª. Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2004, p 33-55.

FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub; FIGUERIDO, Marcus Faria. *Avaliação política de políticas: um quadro de referências teórico*. São Paulo: IDESP, 1986.

FONSECA, Ana M. Medeiros. *Família e política de renda mínima*. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

GORZ, André. *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

KAUFMANN, Franz-Xaver. Sicherheit: Das Leitbild beherrschender Komplexität. In: LESSENICH, Stephan (org.). *Wohlfahrtstaatliche Grundbegriffe*. Campus Verlag: Frankfurt/New York, 2003, p. 73104.

KOHL, Jürgen. Armut und Armutsforschung in der Europäischen Union. In: GLATZER, Wolfgang; HABICH, Roland; MAYER, Karl Ulrich (org.). *Sozialer Wandel und gesellschaftliche Dauerbeobachtung*. Opladen: Leske + Budrich, 2002, p. 163-179.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*. Ed. Cortez, 3. ed. São Paulo, 2002, p. 151-178.

LAVINAS, Lena. *Programas de garantia de renda mínima: Perspectivas brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998, texto para discussão n. 596.

LENHNARDT, Gero; OFFE, Claus. Staatstheorie und Sozialpolitik. Politisch-soziologische Erklärungsansätze für Funktionen und Innovationsprozesse der Sozialpolitik. In: OFFE, Claus. *Strukturprobleme des kapitalistischen Staates*. Aufsätze zur Politischen Soziologie. Frankfurt: Campus, 2006, p. 153-180.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1963.

OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado: Transformações Contemporâneas do Trabalho e da Política*. 1. reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1995.

OPIELKA, Michael. *Sozialpolitik: Grundlagen und vergleichende Perspektiven*. Hamburg: Rowohlt, 2004.

PIOVEZAN, Flávia. Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e Direitos Políticos. In: *Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos*. São Paulo. Ano 1, n.1, 2005, p. 21-47.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. 2. ed. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

RICO, Elizabeth Melo (org.) *Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais PUC-SP, 1998.

SALAMANCA, Rosa Emília. Política pública y derechos económicos, sociales y culturales. In: PIDHDD – Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo (org.). *Para exigir nuestros derechos*. Manual de Exhibibilidad en DESC. Bogotá: PIDHDD, 2004, p. 259-279.

SCHMIDT, Manfred; OSTHEIM, Tobias; SIEGEL, Nico; ZOHLNHÖFER, Reimut (org.). *Der Wohlfahrtstaat*. Eine Einführung in den historischen und internationalen Vergleich. Wiesbaden: VS Verlag, 2007.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. A política social brasileira no século XXI: *A prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Maria Ozanira da Silva (org.). *Avaliação de Políticas e Programas Sociais: teoria & prática*. São Paulo: Veras, 2001.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. In: *São Paulo em Perspectiva*: São Paulo, Fundação Seade, vol. 18 n. 2, 2004, p. 27-41.

TÖNNIES, Ferdinand. *Gemeinschaft und Gesellschaft*. Grundbegriffe der reinen Soziologie: Wissenschaftliche Buchgesellschaft Darmstadt, 1988.

ULLRICH, Carsten. *Soziologie des Wohlfahrtsstaates*. Eine Einführung. Frankfurt: Campus, 2005.